

## **ÁGUA X HIDRONEGÓCIO: *TERRITÓRIOS EM DISPUTA* NAS ÁREAS DE CERRADO EM GOIÁS.**

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça<sup>1</sup>

Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão

Rua – Cassiano M. Teixeira – 510, Bairro Santa Terezinha

Catalão/GO - CEP - 75709590

[mendoncaufg@gmail.com](mailto:mendoncaufg@gmail.com)

### **RESUMO**

Sabe-se que a produção de energia é necessária, mas, para isso existem as fontes alternativas, mais limpas, com menores impactos sociais e ambientais e que aliviam a dependência de uma única matriz energética, diversificando as fontes geradoras. Temos que refletir sobre a implantação de grandes barramentos nos rios e considerar os impactos sociais e ambientais decorrentes desses empreendimentos. No Brasil, existem cerca de um milhão de pessoas que tiveram suas vidas transformadas pela construção de barragens (hidrelétricas) e a maioria ainda luta para ver os seus direitos assegurados. A luta contra esse modelo energético traz em seu bojo a luta pela terra, pois os atingidos – expulsos de suas terras pelas águas – são futuros demandantes de terra. A produção de energia pode ser auferida por outras fontes energéticas (biodigestão, solar, eólica etc) menos impactantes. É urgente e necessária uma avaliação do atual sistema de gestão dos recursos hídricos, diante da intensificação das formas perversas de uso e manejo do território, destacando-se o uso da água, procurando desenvolver mecanismos que venham contribuir de forma positiva para o uso múltiplo, adequado e integrado dos recursos hídricos. Ou colocamos a questão dos recursos hídricos na agenda política com a participação de toda a sociedade organizada e não organizada estabelecendo o *controle social* sobre esses recursos, ou corremos o risco de assistirmos aos mananciais e demais fontes de água caírem nas mãos do grande capital transnacional oligopolizado que não possui nenhum compromisso com as

necessidades do povo brasileiro e, principalmente, com o que resta do Cerrado e dos Povos Cerradeiros.

**Palavras-chave:** *Cerrado; Recursos Hídricos; Hidronegócio; Povos Cerradeiros.*

## **INTRODUÇÃO.**

Nos novos projetos de hidrelétricas já existe a concepção de que a água estocada no reservatório é um negócio em paralelo à própria geração de energia elétrica. No caso do aquífero Guarani não é diferente porque, independente de sua vasta área, ele possui poucas áreas de recarga e afloramento. E, neste sentido, ter a "propriedade" das áreas de afloramento também equivale a ter a "propriedade" do aquífero. (Henrique Cortez, 2006).

Nas últimas décadas a demanda hídrica tem aumentado e, concomitantemente, comprometido à qualidade das águas. A hegemonia do capital agroindustrial e financeiro no controle dos recursos hídricos propicia a submissão das populações existentes, precisamente, camponeses, trabalhadores e diversos segmentos sociais que sobrevivem pobremente nas periferias urbanas.

Essa discussão envolve diretamente o papel do Estado, pois a água é um patrimônio público, todavia, cada vez mais possui natureza geopolítica conforme os interesses dos detentores do capital. Uma das principais ferramentas utilizadas pelo grande capital para controlar o acesso, o uso e a gestão da água é a pressão para realização nos países "menos desenvolvidos" de megaprojetos como barragens, dutos de irrigação, hidrovias e obras de transposição da água de grandes rios e lagos.

Esses projetos, quando não beneficiam diretamente as grandes empresas do setor hídrico, acabam por fortalecer atividades monocultoras (agricultura para a exportação), tornando-se um fator de expulsão dos camponeses de suas terras. A degradação ambiental e social, acelerada nas últimas décadas,

associada à precarização do trabalho, precisamente nas áreas de agricultura moderna (agronegócio) promovem diversas alterações espaciais.

No Cerrado – um dos Biomas mais importantes do Mundo, pois apresenta vasta biodiversidade, vem sofrendo a destruição indiscriminada e contínua. Segundo a Fundação Biodiversitas (2003), 65 espécies estão ameaçadas de extinção. Também, destacam-se os processos erosivos em áreas de exploração agrícola, destruição das matas ciliares; construção de barramentos e afogamento das nascentes e veredas, assoreamento dos leitos dos cursos de água, poluição e contaminação dos mananciais por uso inadequado e indiscriminado de agrotóxicos.

Ainda há o lançamento de lixo e dejetos urbanos em lugares impróprios, posteriormente transportados para os cursos d'água através das chuvas, o despejo de esgotos domésticos e efluentes industriais nos cursos d'água sem o prévio tratamento, dentre outros. Essa condição vem afetando de forma brutal o equilíbrio entre a disponibilidade hídrica e a demanda, trazendo como conseqüências: inibição do desenvolvimento sócio-econômico; diminuição de áreas agricultáveis; decréscimo na qualidade de vida da população; redução das condições de potabilidade da água, entre outras.

Ademais, essa situação não é específica do Bioma Cerrado no Brasil, pois é comum encontrar situações assemelhadas em diversas áreas nos territórios latino-americanos, explicitando uma estratégia mundializada de exercer o controle dos recursos hídricos na América Latina.

## **DEMOCRATIZAR O ACESSO AOS RECURSOS HÍDRICOS OU ASSISTIR A PRIVATIZAÇÃO DAS ÁGUAS?**

A discussão acerca das formas de apropriação e uso dos recursos naturais, mais precisamente dos recursos hídricos, necessita ser priorizada na agenda do Estado. É urgente a formulação de políticas públicas para a gestão desse bem comum (a água), tendo como prioridade a satisfação das necessidades humanas, principalmente da população empobrecida e em condições de

miserabilidade que não possui sequer acesso à água potável e a condições adequadas de saneamento.

Em que pese à importância da discussão sobre o futuro, a situação atual do mundo já apresenta cenários muito críticos, com altas taxas de concentração urbana e condições de vida extremamente precárias em diversas áreas do planeta. Em 76% dos 42 países “menos desenvolvidos”, a população não tem rede de esgoto e 49% não recebe água tratada. Embora as taxas relativas de acesso à instrução tenham aumentado nos últimos dez anos, o número absoluto de analfabetos é alarmante (300 milhões de crianças e 800 milhões de adultos), segundo os dados da ONU – Organização das Nações Unidas e da UNESCO.

O documento "Planeta Vivo", emitido pela World Wide Fund for Nature (WWF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em fevereiro de 2001, alerta que vivemos uma situação insustentável, considerando que já foram consumidos 42,5% dos recursos do planeta – alimentos, materiais e energia – e que esse consumo aumenta, em média, 2,5% ao ano nos países desenvolvidos. Para sustentar um padrão de vida global semelhante ao dos países industrializados teríamos que dispor de outros três planetas, com as mesmas condições de recursos que tínhamos originalmente.

O debate sobre o uso dos recursos hídricos, importante e necessário, raríssimas vezes não tem caído nos estereótipos “para o bem” e “para o mal”, e, dessa forma, não conseguem informar adequadamente a opinião pública sobre a situação e as tendências acerca das formas de uso e dos interesses que envolvem os recursos hídricos.

A água doce é elemento imprescindível para praticamente todas as formas de vida no planeta, um bem inalienável para a humanidade, fundamental para a produção da vida. A partir dessa compreensão, preocupados com as denúncias cada vez mais contundentes acerca da poluição dos recursos hídricos e corroborando a indignação de grande parte da humanidade que não dispõe das condições mínimas de sobrevivência, intensificam-se mobilizações em todas as partes com o objetivo de permitir uma maior articulação das organizações da

sociedade civil frente às ameaças de privatização do acesso/uso tanto da terra quanto da água.

A principal ameaça é a atuação predatória das grandes empresas transnacionais nos países mais pobres, principalmente na América Latina, na África ou na Ásia. Essas empresas pressionam os governos a adotarem políticas que restringem o acesso das populações mais necessitadas aos recursos hídricos. A estratégia dos conglomerados empresariais internacionais apoiados pelos Estados dependentes, dentre eles o Brasil, consiste na monopolização da água para a viabilização de grandes projetos, como a construção de grandes barragens (energia, irrigação, hidrovias etc) para assegurar reservas d'água, visando garantir a acumulação de recursos para a produção de mercadorias e um maior controle sobre as populações empobrecidas nessas localidades.

Assim, é cada vez mais importante o conhecimento técnico e científico da disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas de forma quantitativa e qualitativa. Essas ações visam estabelecer subsídios para o planejamento adequado dos usos múltiplos das águas, a partir dos interesses da maioria, ou seja, a partir de um efetivo controle social hegemônico pelas populações locais. Nas áreas de Cerrado e, particularmente, no Estado de Goiás (berço das águas) são fundamentais informações científicas da rede hidrometeorológica, bem como, das condições de acesso/uso, principalmente diante das investidas dos megaprojetos hidroelétricos transnacionais que visam assegurar a produção de energia barata para os grandes conglomerados industriais eletrointensivos. Ainda, há que observar a proliferação desenfreada de lagos artificiais de diversas dimensões para assegurar a irrigação sem os procedimentos adequados para atender a demanda das atividades agro-exportadoras.

## **A ÁGUA X O HIDRONEGÓCIO: *territórios em disputa.***

Em vista do crescimento populacional e conseqüente aumento do desenvolvimento sócio-econômico observado no Estado de Goiás nas últimas décadas, aliados ao uso indiscriminado dos recursos, a demanda hídrica tem aumentado e comprometido à qualidade das águas. A hegemonia no controle dos recursos hídricos leva a submissão das populações existentes, pois atordoadas pela “escassez d’água” são facilmente controladas. Dessa forma, essa discussão envolve diretamente o papel do Estado, uma vez que, a água possui natureza geopolítica conforme os interesses dos detentores do capital.

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo grande capital para controlar o acesso, o uso e a gestão da água é a pressão para realização nos países “menos desenvolvidos” de megaprojetos como barragens, dutos de irrigação, hidrovias e obras de transposição da água de grandes rios e lagos. Esses projetos, quando não beneficiam diretamente as grandes empresas do setor hídrico, acabam por fortalecer atividades monocultoras (agricultura para a exportação), tornando-se um fator de expulsão dos camponeses de suas terras. A exemplo podemos citar a transposição do Rio São Francisco colocada como a “solução” para os sertanejos nordestinos que convivem com os problemas decorrentes da seca.

Na verdade é sabido pela maioria da população brasileira que as estiagens não são o principal problema enfrentado pelos sertanejos. A terra concentrada nas mãos dos grandes proprietários (latifúndios) e a inexistência de políticas públicas que favoreçam os camponeses é, de fato, a principal razão para tanta miséria naquela área e noutras áreas do país, inclusive em Goiás.

Essa situação secular pode ser amenizada mediante a adoção de políticas públicas condizentes com as experiências construídas pelos sertanejos, priorizando projetos que beneficiem e ao mesmo tempo incentivem a agricultura familiar camponesa. Exemplificando, em países como Espanha e Israel chove menos da metade do que no Nordeste brasileiro e, salvo engano, a pobreza, a fome, a miséria e os conflitos por terra não grassam naquelas regiões.

A degradação ambiental e social, acelerada nas últimas décadas, associada à precarização do trabalho, precisamente nas áreas de agricultura moderna (agronegócio) promoveram diversas alterações nas áreas de Cerrado, com destaque para os processos erosivos em áreas de exploração agrícola, destruição das matas ciliares; construção de barramentos e afogamento das nascentes e veredas, assoreamento dos leitos dos cursos d'água, poluição e contaminação dos mananciais por uso inadequado e indiscriminado de agrotóxicos, lançamento de lixo urbano em lugares impróprios, posteriormente transportados para os cursos d'água através das chuvas, despejo de esgotos domésticos e efluentes industriais sem o prévio tratamento, zonas de garimpo e dragagem de areia, dentre outros.

Na verdade o que está em pauta é o (re)ordenamento da geopolítica mundial, centrada no aproveitamento dos recursos naturais das áreas periféricas. Esse processo acelera a disputa pelos territórios entre o capital agroindustrial e financeiro mundializados e as populações territorializadas nas áreas que apresentam expressiva quantidade de recursos hídricos.

A produção mundial de alimentos, sobretudo grãos, está alicerçada não apenas na chamada revolução verde – agora na biotecnologia –, mas também na irrigação. Os dados mais recentes informam que a irrigação já consome 72% da água doce mundial. No Brasil é um pouco menor a utilização da água em irrigação, cerca de 63%. Porém, o uso é crescente e compete diretamente com os demais usos, principalmente o consumo humano e a dessedentação dos animais. No Brasil a irrigação está voltada para a produção de grãos, frutas para exportação, mas também da cana irrigada para produção de álcool e açúcar. A soja tomou conta dos cerrados [...]. Agora a soja migra para o Norte, na direção do Araguaia e Tocantins, também do Mato Grosso para Rondônia, sempre em busca de água. Hoje, o entendimento é que, exportar grãos, assim como exportar carne, significa, em última instância, exportar água. Produzir grãos em território alheio é poupar água no próprio território. Técnicas pesadas como pivôs centrais, irrigação por sulco, consomem ainda mais água que a micro aspersão. Essa é a verdadeira disputa pela água que se materializa na transposição do Rio São Francisco. A humanidade terá que rever seu consumo de água para irrigação. Não existe água para que esse modelo de produção continue ao infinito. (Malvezzi, 2005).

Essa condição vem afetando de forma brutal o equilíbrio entre a disponibilidade hídrica e a demanda, trazendo como conseqüências: desperdícios; inibição do desenvolvimento sócio-econômico; diminuição de áreas agricultáveis; decréscimo na qualidade de vida da população e redução das condições de potabilidade da água, entre outras.

### **AS HIDRELÉTRICAS: *a mais nova ameaça ao Cerrado e aos Povos Cerradeiros.***

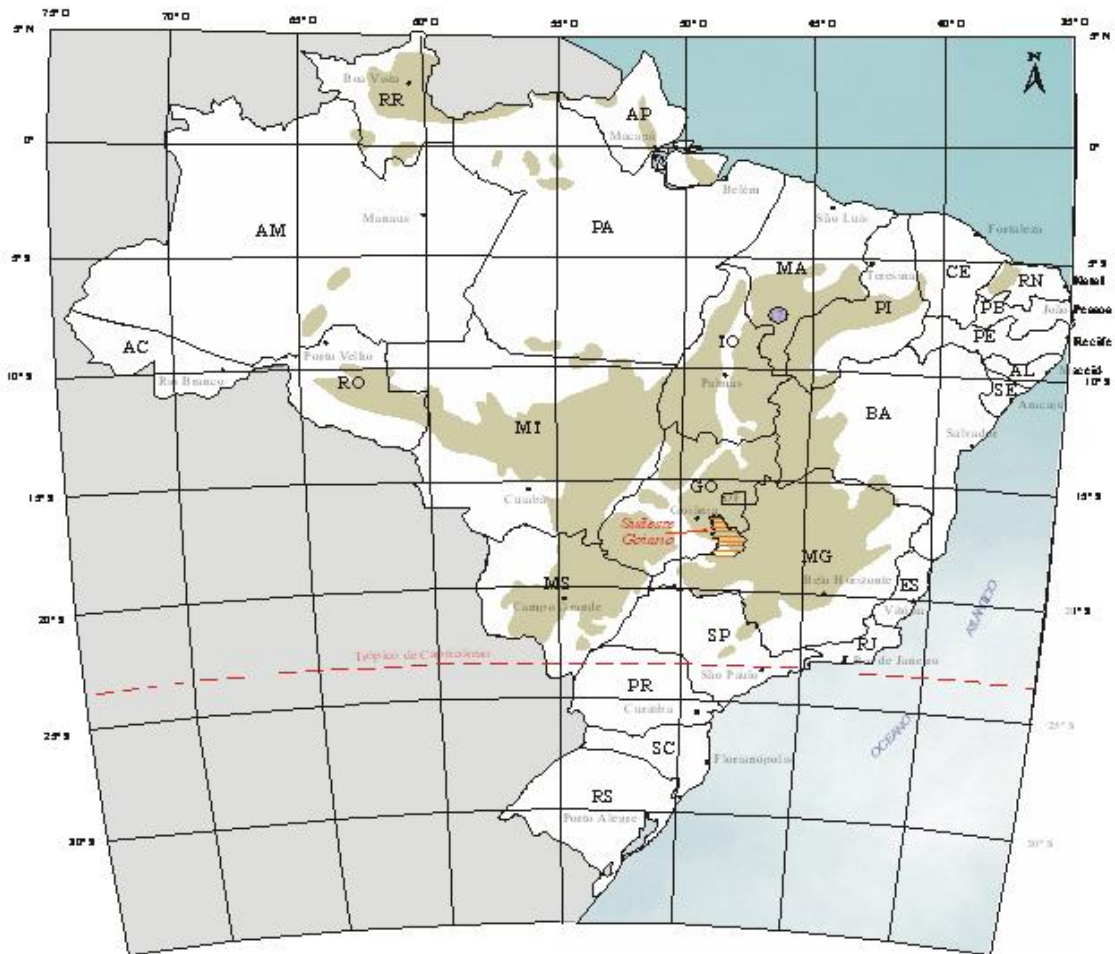
Cerrado é o nome regional dado às savanas brasileiras. Cerca de 85% do grande platô que ocupa o Brasil Central era originalmente dominado pela paisagem do cerrado, representando cerca de 1,5 a 2 milhões de km<sup>2</sup>, ou aproximadamente 20% da superfície do País. O clima típico da região dos cerrados é quente, semi-úmido e notadamente sazonal, com verão chuvoso e inverno seco. A pluviosidade anual fica em torno de 800 a 1600 mm. Os solos são geralmente muito antigos, quimicamente pobres e profundos.

([http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioa\\_mb/ecossist/cerrado/apresent.htm](http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioa_mb/ecossist/cerrado/apresent.htm)).

Originalmente, o Cerrado cobria grande parte do território brasileiro, como pode ser verificado na Figura 01. Entretanto, após os anos (19)70 com a intensificação do processo de modernização conservadora da agricultura no Brasil Central, a destruição da vegetação de Cerrado e também das configurações sociais e espaciais construídas pelos *Povos Cerradeiros*, reduziu bruscamente um dos Biomas mais importantes do planeta, como pode ser observado na Figura 02, que mostra o que restou do Cerrado no território goiano.



FIGURA 01- BRASIL: DOMÍNIO ORIGINAL DO CERRADO



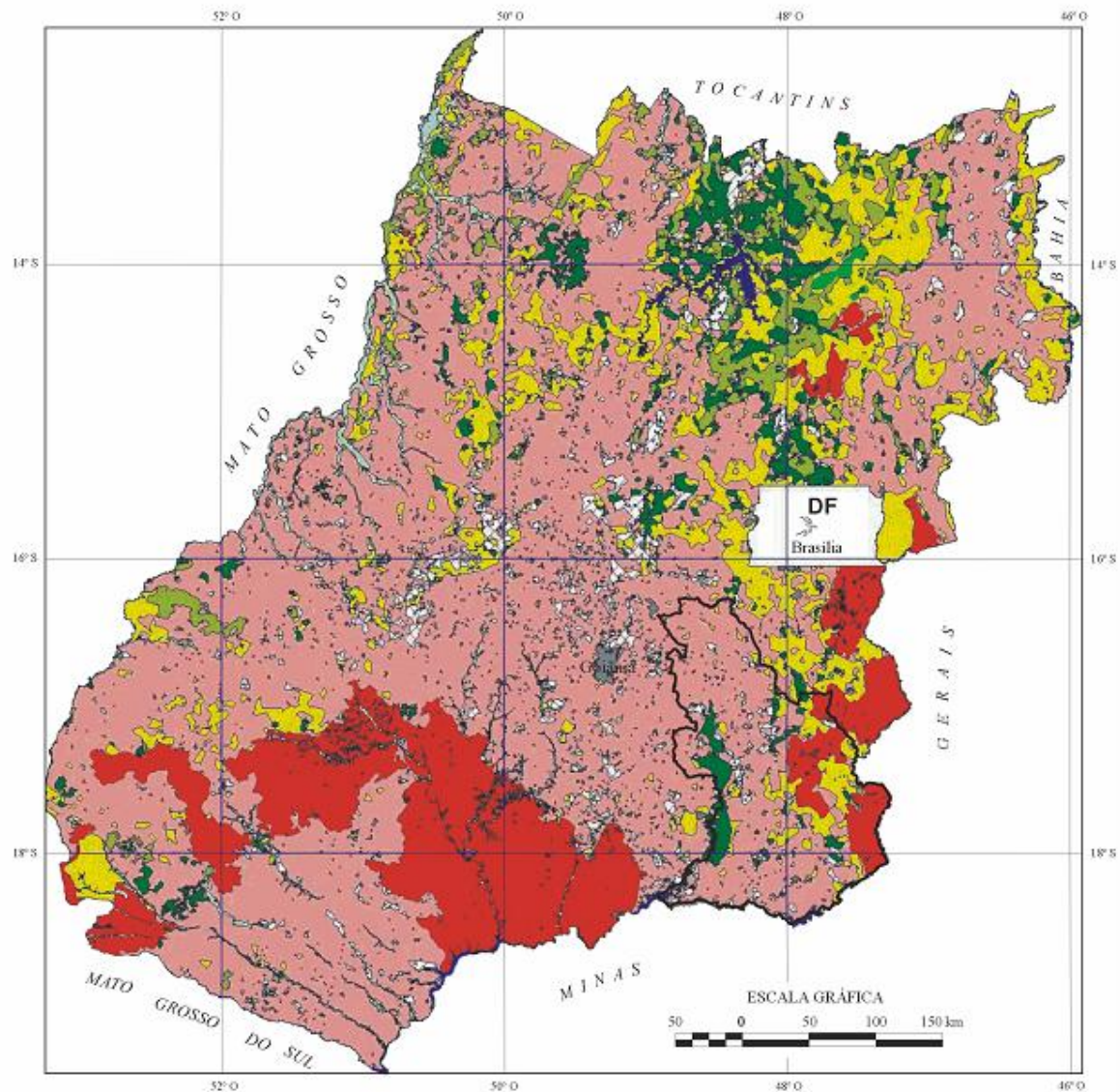
**FOIITE**  
 Adaptado de: INOCÊNCIO, Maria Erlin.  
 O produtor e a territorialização do capital  
 em Goiás: o Projeto de Colonização Funeira.  
 Dissertação (Mestrado em Geografia). IESPA,  
 UFG, 2001, p. 53.

**Escala Gráfica**  
 0 150 300 450 600 Km  
*Projeção Policônica*

 Domínio do Cerrado

 Estado de Goiás

**FIGURA 02 - COBERTURA VEGETAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2000  
(LOCALIZAÇÃO DO SUDESTE GOIANO)**



**UNESP PRESIDENTE PRUDENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
 TESE DE DOUTORADO  
 ORIENTADOR: Antonio Thomaz Júnior  
 ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça

**FONTE:**  
 Adaptado de:  
 MIRANDA, E. E. de; GUIMARÃES, M. *Mapa de cobertura vegetal de Goiás 2000*. Disponível em: <http://www.agenciainfomatsil.gov.br>. Acesso em novembro de 2003.

**LEGENDA**

	Agriculturas intensivas
	Agriculturas irrigadas
	Agriculturas e pastagens permanentes dominantes
	Mosaicos de vegetação não arbórea pastejada e pequena agricultura
	Mosaicos de agricultura, pastagens e vegetação arbórea alterada
	Florestas estacionais decíduas densas
	Florestas arbustivo-arbóreas densas
	Florestas arbustivo-arbóreas abertas
	Florestas de galeria
	Savanas arbustivas
	Campos limpos
	Campos inundáveis
	Corpos d'água naturais e artificiais
	Áreas urbanizadas
	Sudeste Goiano

Em recente atividade científica – II Semana de Ciências Ambientais na Universidade Federal de Goiás, discutiu-se o tema “Mudanças Globais, Implicações Locais”, sendo a principal preocupação dos estudiosos o processo crescente de degradação da flora, da fauna e dos recursos hídricos e como essas alterações influenciam e modificam a vida de milhares de famílias, principalmente nas áreas de Cerrado. Dentre as diversas razões que aceleram esse processo destrutivo, apresentaram como fundamentais a abertura de grandes áreas para implantação de pastagens ou agricultura (agronegócio), o extrativismo desordenado, a expansão urbana, a ampliação da malha viária, a poluição e, principalmente, a formação de lagos para hidrelétricas.

Mesmo considerando que essas razões são interdependentes, prioriza-se neste texto o impacto decorrente da construção de lagos para hidrelétricas. A construção de hidrelétricas nos rios goianos (aproximadamente 86) e no caso específico a construção da barragem Serra do Facão e das Pequenas Centrais Hidrelétricas no Rio Veríssimo (AHE Nova Aurora e AHE Goiandira) estão sendo acompanhadas diretamente pelo pesquisador.

As informações, quase sempre distantes e pouco consistentes, alardeiam que haverá *progreso para todos* e que não existem alternativas para os camponeses e trabalhadores da terra das áreas inundadas e de suas proximidades. Dizem que a solução para os atingidos pelas barragens é aceitar as condições impostas pelos empresários do setor energético, apoiados pelo poder público, inclusive, as autoridades municipais, e assistir as suas terras serem inundadas e seus modos de vida, suas memórias e seus sonhos serem afogados.

Há que lembrar que a terra possui funções diferenciadas conforme a forma de apropriação, o uso e a gestão. O sentido da terra é diferenciado conforme a condição dos atingidos. Os grandes proprietários em sua maioria dispõem de diversos outros investimentos e possuem relação diferenciada com a terra, pois quase sempre não residem na terra e objetivam assegurar “ganhos” patrimoniais com a terra. Assim, vender essa área e adquirir outra faz pouca diferença, mesmo porque muitos possuem outras terras e/ou outras atividades.

Agora, para centenas de famílias de camponeses, que apenas dispõem de pequenos pedaços de terra e de seus braços para garantirem o sustento da família, a relação com a terra é essencial para a perpetuação da vida. A terra é condição para a vida e esses produtores possuem laços de pertencimento e de sobrevivência essenciais para a existência de suas famílias.

Sabem que não terão como adquirir novas terras, uma vez que as possíveis indenizações são irrisórias e não asseguram a compra de novas áreas. Lutam dia-a-dia para sobreviverem e produzirem o suficiente para as suas necessidades, e ainda asseguram mesa farta aos trabalhadores urbanos, pois os seus produtos (leite e derivados, carnes, frutas, arroz, feijão, mandioca etc) são comercializados nas feiras, frutarias e supermercados local-regionais.

Segundo a Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL), o tamanho médio das propriedades que abastece a Cooperativa é de cerca de 40 hectares e essas propriedades entregam mais de 49 mil litros de leite por dia. Segundo o Diretor da COACAL, no Vale do Rio São Marcos, onde será construída a barragem, existem produtores que entregam diariamente cerca de 500 litros de leite. Esses dados mostram a importância das pequenas e médias propriedades no município de Catalão.

Se a barragem for construída, essas famílias deixarão suas terras e as atividades desenvolvidas, diminuindo sensivelmente a produção de leite, pois cerca de 15 mil litros de leite/mês serão “afogados”, além de diversas outras atividades desenvolvidas na área. É de propriedades como essas que saem dezenas de milhares de trabalhadores, expulsos de suas terras pela construção de barragens, como o AHE Serra do Facão.

Dessa forma, a organização e a mobilização das populações atingidas pelos grandes empreendimentos é uma necessidade imperiosa, a exemplo do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, que agrega os atingidos pelas barragens no Brasil. Recentemente criado em Catalão, o MAB, com o apoio de diversas entidades clericais, sindicais, científicas e sindicalistas, possui como norte a compreensão de que as barragens não trazem o progresso como dizem os empreendedores, mas enormes problemas sociais e ambientais.

Sabe-se que a produção de energia é necessária, mas, para isso existem as fontes alternativas de energia, mais limpas, com menores impactos sociais e ambientais e que aliviam a dependência de uma única matriz energética, diversificando as fontes geradoras. Portanto, existem outras saídas, mas para implementá-las temos que refletir sobre a implantação de barragens nos rios do Cerrado e considerar os impactos sociais e ambientais decorrentes desses empreendimentos nas *áreas cerradeiras*.

No Brasil, existem cerca de um milhão de pessoas que tiveram suas vidas transtornadas pela construção de barragens e a maioria ainda luta para ver os seus direitos assegurados. A luta contra esse modelo energético traz em seu bojo a luta pela terra, pois os atingidos são futuros demandantes de terra. A produção de energia pode ser auferida por outras fontes energéticas (biodigestão, solar, eólica etc) menos impactantes.

O modelo energético brasileiro, pautado na geração através da construção de usinas hidrelétricas, é extremamente predatório. Como já dissemos, além dos impactos ambientais, como a devastação da fauna e da flora e a alteração da composição físico-química da água, dentre outros, temos também o deslocamento de centenas e até milhares de famílias, que perdem a sua identidade, a sua referência, e são obrigadas, quase sempre, a viverem nas cidades em condições subumanas.

Todas essas questões têm gerado intensos debates por todo o país em diversos segmentos da sociedade. A grande questão a ser respondida é se há ou não a necessidade de continuar com um modelo energético que expulsa milhares de famílias da terra e ainda destrói grande parte da biodiversidade das áreas atingidas. Nesse sentido, esse texto aponta algumas fontes, de energia elétrica, alternativas à hidroeletricidade.

Portanto, não nos resta outra alternativa senão nos juntar para fortalecer a ação política contra a privatização da água, evitando que nos próximos anos tenhamos que pedir licença e pagar pedágio para ter acesso aos rios, com o objetivo de saciar a sede dos animais, irrigar as plantações e até mesmo garantir a sobrevivência de populações inteiras.

É urgente e necessária uma avaliação do atual sistema de gestão dos recursos hídricos, diante da intensificação das formas perversas de uso e manejo do território, destacando-se o uso da água, procurando desenvolver mecanismos que venham contribuir de forma positiva para o uso múltiplo, adequado e integrado dos recursos hídricos.

Ou colocamos a questão dos recursos hídricos na agenda política com a participação de toda a sociedade organizada e não organizada estabelecendo o *controle social* sobre esses recursos, ou corremos o risco de assistirmos os mananciais e demais fontes de água cair nas mãos do grande capital nacional e estrangeiro que não possuem nenhum compromisso com as necessidades do povo brasileiro e, principalmente, com o que resta do Cerrado e dos *Povos Cerradeiros*. Ainda é tempo de lutar...

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. M. **Processo de eletrificação em Goiás e Distrito Federal**: retrospectiva e análises dos problemas políticos e sociais na era da privatização. 2005. 288 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP).

Berman, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Bihl, Alain. Da grande noite à alternativa – o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

Gonçalves, Carlos. W. Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. 2003. Disponível em [www.cibergeoagbnacional.com.br](http://www.cibergeoagbnacional.com.br) – Acesso em janeiro de 2004.

Roberto Malvezzi (Gogó). Hidronegócio. Entrevista disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/15.shtml>. Acesso em dezembro de 2006.

Mendonça, Marcelo. R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Mesquita, Helena A. de. A modernização da agricultura. Um caso em Catalão-Goiás. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: ICHL/UFG, 1993.

Mészáros, István. Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira & Sérgio Lessa. Boitempo, Unicamp, maio 2002.

Ortiz, I. S. (org.). Fontes alternativas de energia e eficiência energética: Opções para uma política energética sustentável no Brasil. Campo Grande: Gibm gráfica e editora Ltda. 2002.

Rodrigues, C. M. C. Águas aos olhos de Santa Luzia. Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiante em Nazaré Paulista (SP). Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

---

<sup>1</sup> Prof. Doutor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia – Campus Catalão. Pesquisador do CNPq. Coordenador de Extensão e Cultura do CaC/UFG (Gestão 04/2005 a 03/2007). Membro do Grupo de Pesquisa GETeM – Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, CaC/UFG, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Angélica de Mesquita. Membro do Grupo de Pesquisa CEGeT – Centro de Estudos da Geografia do Trabalho, UNESP/Presidente Prudente, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.